

**Conselho de Administração**  
Presidente  
Walter Fontana Filho

**Membr**  
Fernando C. Mesquita,  
Fernando Lora Mesquita,  
Francisco Mesquita Neto,  
Geraldo Luiz de Alencar e  
Julio César Mesquita

**Opini**  
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

**Diretor de Conteúdo:** Ricardo Gusdorf  
**Editora-Chefe Responsável:** Maria Aparecida Damasceno  
**Diretor de Desenvolvimento Editorial:** Roberto Guzzi

**Diretor Presidente:** Francisco Mesquita Neto  
**Diretor de Mercado Leitor e Operações:** Christiano Nygaard  
**Diretor de Mercado Anunciante:** Flávio Pestana  
**Diretor Financeiro e de Contabilidade:** Roberto Guzzi  
**Diretor de Recursos Humanos:** Filipe de Biazzi  
**Diretora Jurídica:** Mariana Uemura Sampaio  
**Diretor de Tecnologia:** Nelson Gaueri

estadão.com.br  
A versão na Internet de  
O Estado de S. Paulo

## Notas e Informações

# Um apelo à unidade nacional



Tem razão o vice-presidente Michel Temer quando tenta minimizar a repercussão das declarações de Dilma Rousseff sobre o "golpismo" por detrás da possibilidade de impeachment e faz um apelo à "unidade nacional", ou seja, que se impõe para superar a presente crise. Na manhã de quarta-feira, no exercício da chefia interina do governo devido à viagem da titular à Rússia e à Itália, Temer foi categórico: "Não devemos discutir esse tema (golpe). A oposição existe também para ajudar a governar, mesmo quando crítica. Temos que fazer uma grande unidade nacional. Mais do que nunca é necessário o pensamento conjugado dos vários setores da nacionalidade".

Feito o desconto para o fato de que se encontra na posição de even-

tual beneficiário de um desdobramento da crise que envolve o afastamento de Dilma, a observação de Michel Temer é pertinente, na medida em que coloca em foco uma questão que está acima das conveniências transitórias de partidos ou lideranças políticas: a governabilidade indispensável à preservação dos interesses "dos vários setores da nacionalidade", ou seja, do conjunto da sociedade brasileira.

Está implícita na declaração de Temer o repúdio à tese do "golpismo", usada por Dilma para se fazer de vítima e pelo PT para exercitar o ataque como melhor defesa. Afinal, nunca é demais repetir, a possibilidade de afastamento da presidente da República não é a causa da atual crise, mas simplesmente sua consequência natural no campo político. O governo colocou o País no buraco em que se encontra. É natural, portanto, a hipótese de mudança de gover-

no, uma medida extrema no regime presidencialista, mas perfeitamente legítima se observadas as normas constitucionais. O fato de apenas 9% dos brasileiros aprovarem o governo Dilma, se não é justificativa legal para seu afastamento, pelo menos cria condições sociopolíticas favoráveis para o encaminhamento constitucional dessa medida extrema. Num regime parlamentarista a troca de governo já teria acontecido naturalmente.

Justiça seja feita ao vice-presidente da República, ele tem feito o possível para conciliar com a cada dia parece mais impraticável: a lealdade devida a Dilma Rousseff como seu aliado, com os interesses políticos de seu PMDB, o maior partido da base de apoio ao governo, do qual é presidente honorário. É fácil de imaginar a enorme capacidade de contemporização e de engolir sapos que se exige de quem se associa a um partido no

poder que prima pela soberba e o desdém pelos aliados. O indistigável boicote do PT e de ministros de Estado ao papel de articulador político atribuído a Temer por uma presidente da República em desespero é uma demonstração eloquente do alto preço imposto aos partidos aliados do governo pelas benesses decorrentes do compartilhamento do poder – que no caso do PMDB, à frente de seis Ministérios, não são nada desprezíveis.

A difícil quadra da vida nacional, no entanto, impõe às lideranças políticas sacrifícios e a capacidade de olhar para a frente em busca dos caminhos da prosperidade econômica e social que os atuais responsáveis pelos destinos do País deixaram escapar por entre os dedos. E, dessa perspectiva, a responsabilidade – ou a culpa – de Michel Temer e de seu partido pelo que acontece pode ser considerada menor apenas do que

aquela que cabe ao PT e seus hoje desmoralizados salvadores da Pátria. Os peemedebistas assistiram complacentemente, já a partir do segundo mandato de Lula, à irresponsável ganância em direção à pesada intervenção do Estado na vida econômica que está na raiz de todos os males que hoje assolam o País.

De qualquer modo, na medida em que se coloca com a genuína disposição de usar da influência política que tem para favorecer a "grande unidade nacional" necessária a recolocar o Brasil nos trilhos da normalidade política, econômica e social, Michel Temer presta um bom serviço ao País. Especialmente se tiver a capacidade de neutralizar a preocupante tendência de representantes do PMDB de se alinharem no Congresso a favor de propostas legislativas retrógradas embaldadas pelo radicalismo de direita e pelo fundamentalismo religioso.

## Demagogia no zoneamento

No projeto de revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Zoneamento, o prefeito Fernando Haddad mais uma vez não resistiu à tentação de politizar questões técnicas. Em resposta às críticas feitas a um dos itens do projeto enviado à Câmara Municipal – o que facilita a instalação de comércio e serviços em tradicionais bairros residenciais da cidade –, ele volta a apelar para o recurso demagógico do "nós", a parcela da população da qual se julga o porta-voz, e que confunde com os pobres, contra "eles", a outra que seria de ricos e privilegiados. Uma simplificação grosseira,orta, destinada a conseguir votos fomentando ressentimentos.

O projeto prevê a criação de Zonas Corredor (ZCors) em ruas e avenidas daqueles bairros nas quais serão permitidas atividades de comércio e serviços. Nos Jardins, estavam previstas inicialmente ZCors em 12 vias, reduzidas para 11 como pequena concessão à reação dos moradores da região. No restante da cidade estão previstas ZCors em 45 vias que cruzam bairros como Moema, na zona sul, e Pinheiros, Lapa e Perdizes, na zona oeste.

A resposta de Haddad à polêmica suscitada por sua proposta foi que "a cidade tem 17 mil quilômetros de vias e estamos discutindo 17 quilômetros (nos Jardins), 99,9% estão fora da discussão. Não podemos transformar 0,1% das vias em uma

questão que não permita conciliação". E acrescentou: "Sei que tem vereador que só pensa no seu quarteirão. Mas não é (esse) o papel do Executivo Municipal. O Executivo representa 100%, não 0,1%".

O prefeito confunde as coisas de forma deliberada e claramente maldosa. A criação das ZCors não diz respeito apenas a esse ou aquele vereador ou grupo de moradores, e ele sabe muito bem disso. Bairros como os que serão afetados por essa medida, especialmente os Jardins, são importantes áreas verdes numa cidade delas tão carente, cuja preservação, por isso mesmo, não interessa apenas a seus moradores, mas a toda a população.

Não se trata, pois, de satisfazer a "elite" ou os "ricos", para usar um termo que o prefeito e o seu partido, o PT, apelam sempre com intenção depreciativa, mas de defender o interesse público. Tanto quanto seus moradores é toda a cidade que ganha com a preservação daqueles bairros. E dizer que o Executivo – nessa ou em qualquer questão – representa 100% do imã do cidadão é um disparate. É fácil de imaginar o que os vereadores pensam disso, embora muitos, por conveniência política, não digam.

Também quanto aos aspectos técnicos do problema, que ele procura dessa forma politizar, a posição de Haddad não é das melhores. É evidente que a cidade muda, o que impõe alterações periódicas nas regras de uso e ocupação do solo. O pro-

blema, no caso das ZCors, é que as mudanças com que se procura defender o comércio e serviços nos bairros estritamente residenciais – resultaram da incapacidade ou da falta de determinação do poder público de fiscalizar com rigor o cumprimento da lei que proíbe ali aquelas atividades.

Só depois de constatar que malogrou o efetivo empenho – que não houve – em fazer respeitar as regras é que se pode pensar em alterá-las. Do contrário, consagra-se a prática do fato consumado. Foi o que aconteceu em vias importantes dos Jardins e de outros bairros residenciais, onde nos últimos anos se instalaram negócios irregulares sob as barbas de autoridades omissas.

Se antes foi assim, é fácil de imaginar como será agora com a liberação do comércio e serviços nas ZCors. O mais provável, como mostra a experiência, é que eles se multipliquem pelas adjacências, acelerando a deterioração das áreas verdes dos bairros atingidos. Por essa pirraça que Haddad quer fazer aos "ricos" a cidade poderá pagar um alto preço.

Ainda é possível corrigir esse erro, mas ainda será submetida ao Congresso. Como tantas outras, poderá ficar desfigurada e sobrecarregada de penduricalhos no Legislativo. Deputados e senadores poderão, por sua iniciativa ou por pressões de sindicatos e de empresas, ampliar os benefícios e elevar os custos para o setor público. Um dos maiores desafios pa-

## A proteção do emprego

Recém-lançado pela presidente Dilma Rousseff, o Programa de Apoio ao Emprego (PPE) tem a rara qualidade de poder servir, ao mesmo tempo, aos interesses do trabalhador, da empresa e do governo. É um programa de curto prazo, desenhado para facilitar a travessia, até o fim do próximo ano, de uma fase de severa retração econômica. Ao editar a Medida Provisória (MP) nº 680, com as normas para redução da jornada de trabalho e de salários, o governo atendeu, basicamente, a uma reivindicação da indústria automobilística. As montadoras e os sindicatos da área têm sido há muito tempo favorecidos por medidas especiais, nem sempre defensáveis e muitas vezes criticadas. Desta vez, no entanto, os benefícios podem ser mais amplos, custar menos e ser distribuídos de modo mais equitativo que em outras ocasiões – mas será fundamental garantir sua extensão a todos os setores.

Mas a presidente e sua equipe devem preparar-se, desde já, para proteger a integridade do programa. A MP já está em vigor, mas ainda será submetida ao Congresso. Como tantas outras, poderá ficar desfigurada e sobrecarregada de penduricalhos no Legislativo. Deputados e senadores poderão, por sua iniciativa ou por pressões de sindicatos e de empresas, ampliar os benefícios e elevar os custos para o setor público. Um dos maiores desafios pa-

ra o Executivo, nesta altura, é conciliar o esforço de arrumação de suas contas com as iniciativas para amenizar os efeitos da crise e facilitar o retorno ao crescimento. Preocupações desse tipo têm aparecido muito raramente – e esta é uma avaliação generosa – na pauta dos parlamentares brasileiros.

As linhas básicas do programa são muito simples. Empresas com dificuldades passageiras poderão, com apoio em acordo coletivo, reduzir temporariamente a jornada de trabalho e a remuneração. O corte da jornada, com a correspondente diminuição do salário, poderá chegar a 30% e durar no máximo seis meses. Durante esse tempo, o trabalhador continuará empregado e a empresa recolherá as contribuições legais, ajustando os valores à nova situação. Metade da parcela salarial cortada será compensada, para o empregado, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), mas com uma limitação. O valor pago será no máximo equivalente a 65% do seguro-desemprego.

Não será o melhor dos mundos, mas haverá vantagens evidentes. O trabalhador continuará empregado. A empresa ficará livre dos custos da demissão e, além disso, já disporá de mão de obra adequada na hora de retomar a atividade normal – se tudo, é claro, terminar de forma satisfatória. As despesas do FAT serão menores do que seriam no caso de desemprego. A empresa continuará recolhendo as contribuições à Previdên-

cia e ao Fundo de Garantia. Será uma solução melhor, em termos sociais e econômicos, do que o lay-off, a suspensão temporária de contratos, e infinitamente menos danosa, é claro, do que a mera demissão.

Com o emprego preservado e alguma perspectiva de segurança, o trabalhador terá melhores condições de se manter e de cuidar da família. Poderá, em princípio, preservar certo nível de consumo, embora modesto. Isso favorecerá a atividade econômica e o nível geral de emprego.

As empresas poderão inscrever-se no programa até o fim deste ano. A inscrição valerá por 12 meses. O esquema, portanto, deverá encerrar-se em dezembro de 2016. Até lá, alguma reativação deverá ter começado, embora o ritmo dos negócios, segundo todas as projeções, deva continuar baixo.

Essas projeções encerram certa dose de otimismo. Até lá, segundo se supõe, o governo deverá ter avançado no consenso das contas públicas, as agências de classificação de risco terão mantido o País no rol dos bons pagadores, a inflação terá declinado, embora sem chegar à meta de 4,5%, e o investimento produtivo terá sido retomado. Tudo isso dependerá da competência do governo, de um mínimo de estabilidade política e de um comportamento razoável dos congressistas. A maior parte do otimismo necessário àquelas projeções está embutida nesta lista de condições administrativas e políticas.

o objetivo maior da oposição. É tudo o que um País dividido, desestruturado por Lula/Dilma, precisa para voltar a crescer em direção ao Primeiro Mundo.

**MARIA HELENA CABRAL**  
mh@esencial.com.br  
São Paulo

### JUSTIÇA ELEITORAL

#### O poder do TSE

Se a maioria dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) constatar ilegalidades na campanha de Dilma Rousseff, cuja pena é a destituição do cargo, assim como em relação ao vice-presidente, para que não se alegue um "golpe", a exemplo do episódio paraguai do afastamento de Fernando Lugo (poucos magistrados a destituir o presidente da República), é hora de reduzir os poderes jurisdicionais do TSE e convertê-lo num órgão meramente instrutório do Parlamento. São identico raciocínio jurídico, como podem continuar

exercendo o poder de afastar prefeitos e governadores?  
**AMADEU R. GARRIDO DE PAULA**  
amadeguidoadv@uol.com.br  
São Paulo

### NINHO TUCANO

#### Racionamento

Governador Geraldo Alckmin, pare de enganar a população. No Jardim Bonfiglioli o racionamento chegou forte e não temo água nem na caixa.

**MAURICIO LIMA**  
mapelli@uol.com.br  
São Paulo

### Nota Fiscal Paulista

Mexendo no programa o governo demitirá milhares de fiscais que trabalhavam, e de graça, pelo ideal do não à sonegação. Volte atrás, governador.  
**LUIS PAULO SOARES**  
soareslp@ig.com.br  
São Paulo

"Perguntar não ofende: será que depois de ir para o brejo a vaca tosse?"

**THARSIS SILVEIRA BARROS / ARAÇARIQUAMA, SOBRE A CRISE**  
tharsissilveira@bol.com.br

"Jogo de erros: nada justifica, neste momento, o otimismo de Dilma, a precipitação de Aécio e a mitomania de Lula"

**RICARDO C. SIQUEIRA / NITERÓI (RJ), IDEM**  
ricardocsiqueira@iglobo.com

POR DECISÃO JUDICIAL O ESTADO DE S. PAULO ENTENDE A CASCADA DE NOTÍCIAS DE IMPRESSA

## VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

COMENTÁRIOS NO PORTAL E NO FACEBOOK

### Jovens pegam 24 anos de internação

Quatro menores acusados de participar de estupro coletivo no Piauí são condenados

2.472

● "Muito se discute sobre direitos negados. Enquanto isso, inocentes morrem nas mãos de marginais travestidos de crianças."

TE PIRES

● "Este país é uma vergonha! A vida do cidadão não está valendo nada... Tenho vontade de ir embora daqui!"

CRISTINA UETAKE

● "Acho curioso notar que os comentários, em sua maioria, compartilham do mesmo espírito de barbárie dos condenados."

GIU ROMAN

## O ESTADO DE S. PAULO

Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55 -  
CSP 02598-900 São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3856-2122

Redação: 07 andar  
Fax: (11) 3856-2920  
E-mail: forum@estadão.com

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RS, endereço e telefone) será desconsiderada.

**Central de atendimento ao assinante**  
Capital e Regiões Metropolitanas: 4003-5233  
Demais localidades: 0800-014-77-20  
www.assinante.estadao.com.br/efileconso-

**Central de atendimento ao leitor:**  
Fale com a redação: 3856-2122  
falecom@estadão.com.br  
Classificados por telefone: 3855-2001  
Vendas de assinaturas: Capital: 3959-9000  
Demais localidades: 0800-014-9000

**Vendas Corporativas:** 3856-2917  
**Central de atendimento às agências de publicidade:** 3858-2531 - caa@estadão.com

**Preços venda avulsa:** SP: R\$ 4,00 (segunda a sábado) e R\$ 5,00 (domingo)  
**AM, RS, CE, PR, SC e DF:** R\$ 4,50 (segunda a sábado) e R\$ 7,00 (domingo)  
**ES, RJ, GO, MT e MS:** R\$ 6,50 (segunda a sábado) e R\$ 8,50 (domingo)

**BA, SE, PE, TO e AL:** R\$ 7,50 (segunda a sábado) e R\$ 9,50 (domingo)  
**MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO:** R\$ 8,00 (segunda a sábado) e R\$ 10,00 (domingo)

**Preços assinaturas:** De segunda a domingo - SP e Grande São Paulo - R\$ 86,30/mês. Demais localidades e condições sob consulta.

Carga tributária federal: 3,65%.

PUBLICAÇÃO DA S.A. DESTADÃO DE S. PAULO